Qualis A1
Arte | Educação | Filosofia | História |
Interdisciplinar | Linguística | Literatura

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

PAISAGENS URBANAS EM TRANSFORMAÇÃO: A INTERSEÇÃO ENTRE A ARTE E A IDENTIDADE SOCIAL NO BAIRRO QUINTA DO MOCHO

URBAN LANDSCAPES IN TRANSFORMATION: THE INTERSECTION BETWEEN ART AND SOCIAL IDENTITY IN THE QUINTA DO MOCHO NEIGHBORHOOD

PAISAJES URBANOS EN TRANSFORMACIÓN: LA INTERSECCIÓN ENTRE ARTE E IDENTIDAD SOCIAL EN EL BARRIO QUINTA DO MOCHO

Márcia Célia Galinski Kumschlies
Universidade de Coimbra/Portugal

Resumo

Este estudo analisa a interseção entre arte e identidade social no bairro Quinta do Mocho, em Lisboa, onde a transformação das paisagens urbanas reflete questões de vulnerabilidade social. O objetivo é compreender como a arte, especialmente o *graffiti*, impacta a identidade dos moradores e promove mudanças sociais. A metodologia incluiu revisão da literatura e observações das intervenções artísticas na comunidade. Os resultados demonstram que a arte não só embeleza o ambiente, mas atua como agente de progresso, melhorando a autoestima desta população e desafia estigmas. No entanto, as narrativas apuradas indicam um suporte institucional inadequado e falta de investimentos em infraestrutura, o que compromete a eficácia das iniciativas artísticas. O estudo ressalta a importância da participação ativa dos cidadãos e a necessidade de um diálogo efetivo com o poder público para criar um espaço urbano mais justo e inclusivo e atender às demandas coletivas.

Palavras-chave: Paisagens Urbanas; Vulnerabilidade Social; Quinta do Mocho.

Abstract

This study analyzes the intersection between art and social identity in the Quinta do Mocho neighborhood of Lisbon, where the transformation of urban landscapes reflects issues of social vulnerability. The goal is to understand how art, especially graffiti, impacts residents' identity and promotes social change. The methodology included a literature review and observations of artistic interventions in the community. The results demonstrate that art not only beautifies the environment, but also acts as an agent of progress, improving residents' self-esteem and challenging stigmas. However, the narratives collected indicate inadequate institutional support and a lack of investment in infrastructure, which compromises

GALINSKI KUMSCHLIES, Márcia Célia**.** PAISAGENS URBANAS EM TRANSFORMAÇÃO: A INTERSEÇÃO ENTRE A ARTE E A IDENTIDADE SOCIAL NO BAIRRO QUINTA DO MOCHO. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 67, N. 67, p. 1-24, Dezembro, 2025.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

REVISTA DA FUNDARTE

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

the effectiveness of artistic initiatives. The study highlights the importance of active citizen participation and the need for effective dialogue with public authorities to create a more just and inclusive urban space and meet collective demands.
Keywords: Urban Landscapes; Social Vulnerability; Quinta do Mocho.

Resumen

Este estudio analiza la intersección entre arte e identidad social en el barrio de Quinta do Mocho, en Lisboa, donde la transformación de los paisajes urbanos refleja cuestiones de vulnerabilidad social. El objetivo es comprender cómo el arte, especialmente el grafiti, impacta la identidad de los residentes y promueve el cambio social. La metodología incluyó una revisión bibliográfica y observaciones de intervenciones artísticas en la comunidad. Los resultados demuestran que el arte no sólo embellece el entorno, sino que también actúa como agente de progreso, mejorando la autoestima de los residentes y desafiando los estigmas. Sin embargo, las narrativas recogidas indican un apoyo institucional inadecuado y una falta de inversión en infraestructura, lo que compromete la efectividad de las iniciativas artísticas. El estudio destaca la importancia de la participación ciudadana activa y la necesidad de un diálogo efectivo con las autoridades públicas para crear un espacio urbano más justo e inclusivo y satisfacer las demandas colectivas.

Palabras-clave: Paisajes Urbanos; Vulnerabilidad Social; Quinta do Mocho

Introdução

As paisagens urbanas contemporâneas são espaçaços em constante metamorfose, onde a interação entre política pública, arte e identidade social se revelam de maneira intensa e multifacetada. No bairro Quinta do Mocho, localizado na Área Metropolitana de Lisboa, essa interseção torna-se particularmente evidente através da proliferação de manifestações artísticas, como o *graffiti e a street art* que transformaram fisicamente o espaço urbano e uma reflexão crítica sobre as expressões culturais e sociais dos seus habitantes.

A obra de Henri Lefebvre, "O Direito à Cidade", fornece uma base teórica indispensável para a análise desse fenômeno. O autor defende que a cidade deve ser um espaço de construção coletiva, onde todos os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente em sua formação e desenvolvimento (LEFEBVRE, 2001). Essa proposta se torna especialmente pertinente no contexto da Quinta do Mocho, onde, apesar da arte ser esperada como um meio de expressão e reconhecimento, muitas vezes falha em capturar as experiências e vozes dos moradores. Consequentemente, a verdadeira essência da comunidade permanece sub-

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

representada, e a arte, que poderia atuar como um instrumento de resistência e afirmação da cultura local, não atende às necessidades de expressão e reivindicação dos seus assistidos.

Adicionalmente, o processo de legitimação da arte urbana, que tem avançado nas últimas décadas, evidencia uma busca por aceitação e uma tendência à formalização das intervenções artísticas. O *graffiti,* que outrora era considerado uma forma de transgressão, agora se insere em um contexto de aquiescência e valorização, refletindo uma transformação cultural que desafia as fronteiras entre o que é reconhecido como arte e o que é rotulado como mero vandalismo.

A integração da arte pública com valores sociais e culturais é importante, haja vista que promove a prosperidade e o desenvolvimento da cultura comunitária. Possui um valor estético, social e cultural, facilitando a troca e disseminação de expressões culturais. O *design* e a criação de obras de expressão urbana devem levar em consideração de maneira abrangente o contexto cultural e as carências da coletividade.

A motivação para este trabalho surgiu em 2023, durante uma visita de estudo ao bairro Quinta do Mocho, que integrou as atividades do VI Congresso Internacional de Riscos, promovido pela Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. O objetivo foi compreender o papel da arte no enfrentamento das vulnerabilidades de comunidades fragilizadas. A experiência foi enriquecedora e despertou um profundo interesse em explorar mais a fundo as interações entre arte, vulnerabilidade e a vida cotidiana do bairro.

Em dezembro de 2024, retornei à Quinta do Mocho com a intenção de realizar entrevistas e coletar informações que pudessem fundamentar um projeto voltado para o entendimento da área sob a perspectiva da vulnerabilidade e da arte, em um processo de construção dialogada com os moradores e em sintonia com a temporalidade dos acontecimentos. No entanto, ao me deparar com a realidade atual do bairro, percebi que a situação era mais complexa do que imaginava. Um processo de manutenção nos edifícios, que enfrentavam problemas de infiltração devido à falta de cuidados anteriores, resultou na remoção da maior parte dos murais de arte que adornavam as fachadas. Restam apenas duas

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

empenas com artes, e estas também estão programadas para serem removidas, a fim de dar continuidade aos trabalhos de impermeabilização e pintura.

Desta forma, neste estudo, propomos investigar a relação entre arte e identidade social, analisando intervenções artísticas e as reações da comunidade frente à vulnerabilidade social e o papel da arte como agente de mudança na expressão cultural. O trabalho pretende contribuir para o debate sobre urbanização contemporânea, destacando a participação ativa dos cidadãos na construção de um ambiente urbano mais justo e acolhedor.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de artigos e livros pertinentes à temática proposta, bem como através da observação direta e da condução de entrevistas *in loco.*

Identidade Social e Espaços Urbanos

Compreender as estruturas sociais e as relações de poder é relevante para a experiência cotidiana e o acesso aos espaços urbanos, que se entrelaça com a luta por uma vida justa e democrática. Essa questão convoca todos os cidadãos a reivindicarem seu papel na construção de cidades que atendam às suas demandas, garantindo uma vida urbana que respeite a dignidade humana e promova a coesão comunitária. Dessa maneira, cada indivíduo busca um lar e colabora para a construção de um espaço mais justo e solidário, onde a diversidade e as vozes são reconhecidas e respeitadas.

A relação entre os espaços habitados e a construção da identidade individual tem sido amplamente investigada, com destaque para o conceito de identidade de lugar proposto por Proshansky *et al.* (1983), o qual aponta que a autoidentidade é influenciada por fatores pessoais, sociais e pelo ambiente físico, atribuindo ao espaço um papel central nesse processo. Apesar da vasta produção acadêmica sobre o tema, grande parte das abordagens apresenta uma perspectiva individualista, desconsiderando as dimensões coletivas das interações socioespaciais. Nesse sentido, a identidade de lugar diz respeito às conexões afetivas e simbólicas estabelecidas entre indivíduos e determinados ambientes,

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

sendo um conceito de relevância significativa para as ciências sociais e ambientais, por investigar as relações entre sujeitos e os contextos que ocupam.

Esta definição é compreendida pelos autores como um conjunto de significados e vínculos afetivos atribuídos a determinado espaço, resultante da interação entre aspectos físicos, sociais, culturais e simbólicos. Essa construção é influenciada pela história, pelas características ambientais, pelas práticas cotidianas e pelas interações estabelecidas, sendo permeada por experiências individuais e coletivas, como memórias e vivências compartilhadas. Além de configurar a relação emocional com o ambiente, que pode se transformar ao longo do tempo, essa identidade interfere no comportamento social, afetando a disposição para a preservação ambiental, a colaboração em mobilizações comunitárias e as relações interpessoais. Assim, torna-se elemento fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção do engajamento social e da sustentabilidade.

Para Pogrmic e Dercan (2022), a arte de rua configura-se como um elemento relevante nas dinâmicas urbanas contemporâneas, influenciando tanto a experiência sensorial quanto a construção simbólica dos espaços. A identidade urbana, por sua vez, é definida por características que lhe conferem singularidade e compreensão, resultantes de processos históricos, culturais e sociais. Nesse contexto, a arte de rua contribui para a enaltecimento estético das cidades, ao mesmo tempo em que reforça a cultura local e potencializa benefícios sociais e econômicos.

Bernardo e Oliveira (2016) argumentam que a identidade de lugar constitui uma manifestação das identidades social e pessoal, resultante da interação entre indivíduos, ambientes físicos e contextos sociais, sendo marcada por sentimentos de pertencimento. Estudos recentes têm associado esse conceito às dinâmicas intergrupais em territórios urbanos, e dialoga com seu caráter socialmente construído e influenciado por agrupamentos geográficos específicos.

Hogg *et al.* (2004) salientam que o discernimento da identidade social passou por uma alteração significativa desde sua origem, que focava nas interações entre grandes grupos. Essa evolução permitiu uma análise mais aprofundada das dinâmicas sociais e da autoimagem dos indivíduos, incorporando aspectos da cognição social, como categorização e estereótipos. A partir dos anos

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

1990, as pesquisas começaram a se concentrar em pequenos grupos, reconhecendo sua diversidade e complexidade interna. Essa abordagem sinalizou como a autoconcepção coletiva e as interações grupais influenciam comportamentos e percepções. Portanto, essa perspectiva continua a ser uma ferramenta relevante e dinâmica para entender as complexidades das relações sociais atuais.

As teorias da identidade social e do autocategorização elucidam como os indivíduos se definem por suas categorias sociais e como essas afetam comportamentos e percepções em contextos intergrupais. Estudos indicam que a identificação com um lugar está ligada a avaliações favoráveis desse local e seus habitantes. A dinâmica das comparações sociais e a seleção de grupos externos para comparação ainda carecem de investigação.

A identidade social é um constructo que se refere à parte do autoconceito de um indivíduo que deriva do reconhecimento de sua pertença a grupos sociais, juntamente com os significados emocionais e valorativos associados a esse sentimento (TAJFEL, 1982). Os indivíduos não se definem exclusivamente com base em atributos pessoais, eles igualmente são influenciados pela avaliação social de seus grupos de afinidade, o que exerce impacto relevante sobre sua autoimagem e autoestima.

Em contextos nos quais um grupo é percebido como desassistido ou inferior, a teoria da identidade social, formulada por Tajfel e Turner (1986) apud Lousã (2000) propõe que os integrantes adotem estratégias de criatividade social com o objetivo de aprimorar sua autoavaliação. Entre essas estratégias, destacam-se três principais abordagens.

Primeiramente, os membros do grupo tendem a enfatizar dimensões nas quais se sobressaem, buscando, valorizar aspectos positivos de sua expressão coletiva. Em segundo lugar, observa-se uma reavaliação de características negativas que possam ser atribuídas ao grupo, a qual é realizada por meio da adoção de um novo sistema de valores.

Frequentemente esses grupos realizam comparações com outros socialmente posicionados em status inferior, evitando, assim, a confrontação direta com grupos dominantes, o que poderia acentuar a percepção de inferioridade. Tais estratégias têm como objetivo preservar a autoimagem positiva, fortalecer o

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

sentimento de pertencimento e promover a valorização simbólica do próprio grupo

Além disso, a competição social emerge como uma motivação para que os indivíduos favoreçam seu grupo em detrimento de outros, resultando em avaliações mais positivas de seus produtos e em uma percepção de superioridade moral. Nesse contexto, a busca por uma identidade social positiva é realizada através de comparações sociais, que são significativas apenas em dimensões valorativas, e configura-se como um elemento central na compreensão do comportamento dos indivíduos em contextos grupais, moldando suas interações e percepções em relação a si mesmos e aos outros.

Ampliando esta visão, Aelbrecht e Stevens (2023) analisam a importância dos espaços públicos na promoção de encontros interculturais e na coesão social em ambientes urbanos diversos. Eles mencionam que esses espaços funcionam como catalisadores de interações entre pessoas de diferentes culturas, permitindo a construção de uma sociedade mais inclusiva. O *design* desses espaços é fundamental, pois pode influenciar significativamente as interações sociais, desta forma, políticas públicas que visam um planejamento urbano podem impactar positivamente a forma como os relacionamentos coexistem.

A arte pública como instrumento de transformação

A arte de rua, frequentemente referida como arte pública ou arte urbana, constitui uma manifestação artística complexa e multifacetada no contexto das cidades, tendo suas raízes diretamente vinculadas à prática do *graffiti*, tanto em dimensões bidimensionais quanto tridimensionais (LEWISOHN, 2008). É uma expressão artística que se consolidou no espaço público desempenhando um papel notável na configuração das paisagens urbanas. Este tipo de arte reflete as dinâmicas sociais, políticas e econômicas das cidades.

A prática do *graffiti* e a arte de rua frequentemente são confundidas, apesar de suas particularidades. Ambas representam movimentos artísticos subversivos que se manifestam em espaços públicos, em contraposição a galerias tradicionais. Entretanto, enquanto os artistas de *graffiti* tendem a expor suas obras em locais públicos, seu foco não reside necessariamente na assimilação do público em geral,

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

ao contrário, eles buscam uma conexão com outros praticantes dessa arte (WEISBERG, 2014).

Pogrmic e Dercan (2022) asseveram a importância da análise da representação dos espaços públicos enquanto oportunidades para a manifestação artística e cultural, como na maneira pela qual cidadãos, artistas e outros agentes urbanos podem ajudar para a criação e o desenvolvimento desses ambientes. A relação entre o ser humano e o ambiente físico que este concebe é caracterizada por uma dinâmica de reciprocidade e interação. O ambiente urbano pode ser considerado um reflexo da humanidade que o moldou, sendo que, na contemporaneidade, essa influência é exercida de forma significativa.

A arte pública ganha voz como uma ferramenta valiosa na reorganização urbana, favorecendo a revitalização de espaços e o desenvolvimento social e cultural; transforma ambientes, impulsiona o progresso econômico e altera a percepção do uso do espaço público. Embora possa ser vista como uma imposição cultural, tem potencial para promover a inclusão social, especialmente em projetos que envolvem os grupos, fortalecendo a coesão social e a conexão com bens comuns. É fundamental que essas intervenções reflitam as narrativas culturais, fomentando ativismo cívico. Este contexto emerge como um recurso poderoso para construir identidade social e revitalizar áreas urbanas, exigindo estratégias sustentáveis e inclusivas para maximizar seus benefícios.

Todavia, a prática desta expressão artística enfrenta desafios, como a falta de identidade comunitária, adesão limitada e recursos escassos. É recomendável adotar uma abordagem holística que promova parcerias entre artistas, agências governamentais e comunidades. A implementação de estratégias participativas e inclusivas se torna intrínseco para garantir que as realizações atendam às reais necessidades dos grupos sociais.

Karimimoshaver et al. (2021) analisam o papel da arte na transformação e valorização dos espaços urbanos, dando ênfase à sua dimensão semântica e as percepções de especialistas. Utilizando uma abordagem de análise fenomenológica interpretativa, realizaram entrevistas em Teerã para compreender a influência da arte na experiência e percepção dos cidadãos em relação ao ambiente urbano. Os resultados apontaram temas centrais, como a capacidade de

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

vivenciar e interpretar o espaço, a participação social e a relação com o contexto local, considerados essenciais na construção do significado dos espaços públicos.

A experiência comunitária potencializa a vivência significativa da arte, tornando a frequência ativa em eventos e na elaboração de obras uma condição fundamental para sua integração ao contexto urbano. Ademais, a interação entre o público e os espaços contribui para a construção do significado social da arte, fortalecendo a cultura local por meio do diálogo. Contudo, a segregação de espaços para grupos específicos e a insuficiente relação entre estes e autoridades comprometem a eficácia da arte urbana na promoção do engajamento social. Os índices reduzidos de ajuda mútua refletem a fragilidade da conexão entre arte pública e colaboração comunitária, demonstrando que a inserção é determinante tanto para a experiência estética quanto para a funcionalidade social dos espaços. Para aprimorar essa relação, torna-se necessário ampliar as oportunidades de envolvimento em desempenhos artísticas.

Em uma democracia pluralista, o espaço público deve acolher antagonismos e servir como um campo de negociação entre diferentes posições, sem a expectativa, necessariamente, de consenso. A arte em espaços públicos fomenta para estimular a dissidência e abordar questões frequentemente ignoradas, como a migração, que gera tensões em sociedades democráticas. A ação conjunta nas práticas artísticas requer um realinhamento entre criadores e públicos, com os destinatários assumindo um papel ativo. Desde a década de 1960, evoluiu de obras estáticas para práticas mais interessadas, refletindo o ativismo político. O século XXI trouxe uma transição para a "arte como prática social", e sublinha a complexidade da definição de arte em espaços públicos e a importância da integração na formação de públicos e discussões sociais (PETERSEN; NIELSEN, 2021).

Pereira e Bertoncelo (2022) revisitando a obra de Pierre Bourdieu apresentam a contribuição do autor para a análise da identidade social, espaços urbanos e arte através do conceito de "competência artística", que abrange a apropriação material e simbólica da arte. Identifica-se três operações analíticas: a investigação do campo da arte como instituição; a relação entre gosto e práticas culturais influenciadas pelo modo de ser de um indivíduo, resultante da sua aprendizagem social; e a noção de capital cultural. A competência artística é uma

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

construção histórica, mais desenvolvida entre classes com maior capital cultural, que têm acesso privilegiado a experiências artísticas. Bourdieu critica instituições que perpetuam desigualdades sociais e defende uma educação artística inclusiva. Sua análise sugere como o gosto e o estilo de vida estão interligados a identidades sociais e contextos econômicos, oferecendo uma visão crítica sobre a aceitação da arte em diferentes estratos sociais.

Contextualização Histórica e Geográfica da Quinta do Mocho

A década de 1970 em Portugal foi marcada por mudanças sociais e demográficas significativas, especialmente nas áreas periféricas da Grande Lisboa. Esse crescimento populacional acentuado foi impulsionado pelo fim da guerra colonial, que resultou no regresso de muitos cidadãos portugueses das colônias africanas, além de uma elevada taxa de imigração de indivíduos oriundos deste continente em busca de melhores condições de vida. O esgotamento dos recursos habitacionais e a incapacidade do governo em atender às demandas de moradias emergentes geraram um panorama de urbanização informal, caracterizado pela proliferação de bairros de barracas e habitações precárias. A escassez de condições de vida adequadas e a falta de poder aquisitivo da população mais vulnerável resultaram na sua exclusão do mercado imobiliário formal. Consequentemente, muitos indivíduos foram forçados a buscar abrigo em bairros informais, onde a precariedade das infraestruturas e a ausência de serviços públicos eram comuns. O governo português, diante desse cenário, adotou uma abordagem que visava a erradicação das habitações informais, com o realojamento dos habitantes que viviam em condições insalubres (VILAS BOAS, 2019).

Para Allegra *et al.* (2020) a análise da política habitacional em Portugal indica desafios expressivos para sua integração com a política urbana, e indica resistência a inovações e a persistência de paradigmas tradicionais. A influência da União Europeia (UE), embora não formalmente legislativa, condiciona as políticas habitacionais nacionais, refletindo uma interdependência que exige análise aprofundada. A relação entre as políticas nacionais e as diretrizes da UE salienta

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

um campo de tensões que requer soluções integradas e eficazes para a problemática habitacional em Portugal.

Na busca por soluções, em 1993, foi implementado no país o Programa Especial de Realojamento (PER), por meio do Decreto-Lei n.º 163/93 com o intuito de enfrentamento ao problema da habitação, crucial para a qualidade de vida das populações, especialmente nas áreas de Lisboa e Porto, onde as carências eram mais evidentes. Foi um esforço urgente para implementar medidas prioritárias para erradicar as barracas e realojar seus moradores, criando condições para a extinção total dessas situações. Apesar das ações em apoio à construção de habitação de custos controlados e parcerias entre a administração central e as autarquias, ainda persistiram graves problemas de alojamento inadequado. O regime de cooperação, definido por decretos-lei, permitiu que a administração central financiasse até 50% dos custos de construção, enquanto os municípios puderam acessar financiamento bonificado. O programa outrossim, permitiu a assistência de instituições sociais, visando a inserção social das populações afetadas e combatendo problemas como criminalidade e exclusão social (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1993).

Foi nesta perspectiva, visando solucionar os problemas habitacionais das populações desfavorecidas, a criação do bairro Quinta do Mocho. Embora o programa tenha promovido melhorias habitacionais, as novas construções não foram acompanhadas de uma estratégia de promoção e inserção social adequada. Os bairros sociais, em vez de servirem como um meio de integração, perpetuaram a estigmatização associada aos bairros de barracas que substituíram. Essa segregação social acentuou-se, pois os novos espaços habitacionais não favoreciam o convívio social, resultando no isolamento das famílias e na manutenção de uma imagem negativa associada aos seus residentes.

A história do bairro Quinta do Mocho, situado na Freguesia de Sacavém, município de Loures, periferia de Lisboa, é marcada por um contexto de abandono e resistência que remonta à década de 1980. Segundo Pola e Cavalcanti (2024) o bairro tem suas origens quando um projeto de construção de habitação social foi interrompido pela falência da construtora J. Pimenta. Originalmente planejada para ser um condomínio luxuoso próximo ao aeroporto, a área ficou marcada por torres inacabadas e espaços públicos degradados. Com a crise habitacional que se

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

instalou, principalmente após a Revolução dos Cravos em 1974, famílias imigrantes, principalmente provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) como Angola, Cabo-Verde, Moçambique, ocuparam as estruturas abandonadas, criando um espaço de moradia em condições extremamente precárias.

Durante os anos 1980 e 1990, o que era praticamente um estaleiro se transformou em um bairro informal, onde muitos ocupantes, sem acesso a infraestrutura básica como água e eletricidade, construíram barracas nas imediações das torres inacabadas. Um censo realizado em 1990 revelou que cerca de 296 famílias viviam na Quinta do Mocho, o que chamou a atenção das autoridades para a necessidade de intervenção. Em 1997, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), um recenseamento foi realizado para identificar a situação dos residentes. As intervenções começaram em 1999, com a demolição das áreas abarracadas e a construção de novos edifícios, dando origem ao bairro social oficialmente denominado Urbanização Municipal Terraços da Ponte. Apesar da formalização da habitação, o novo bairro ainda apresentava desafios substanciais, como a falta de acessibilidade, ausência de equipamentos coletivos e espaços públicos qualificados, perpetuando a exclusão social (SARMENTO, 2020; COSTA, 2018).

Figura 1 - Vista aérea do bairro Quinta do Mocho em Loures. Lisboa, Portugal



Fonte: Vilas Boas (2019)

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

O processo de realojamento dos ocupantes da Quinta do Mocho foi caracterizado por tensões derivadas da incapacidade da autarquia em gerenciar adequadamente a quantidade, cuja população real era estimada em cerca de 5.000 habitantes, superando as estatísticas oficiais de 3.500. A defasagem no recenseamento, agravada pela ausência de moradores durante a coleta de dados e pela chegada contínua de migrantes de países da Europa Oriental, complicou ainda mais a situação. Promessas de suporte físico comunitário não foram cumpridas, frustrando expectativas e aponta a falta de sensibilidade social e diálogo por parte das autoridades. A Quinta do Mocho tornou-se um espaço de isolamento socioespacial, aumento da conflitualidade e estigmatização, resultando em um sentimento de insegurança e uma imagem negativa da comunidade (CARMO, 2017).

A Quinta do Mocho ilustra a interseção entre vulnerabilidade social e identidade, onde as condições sociais e econômicas afetam a autopercepção e a percepção externa dos que ali ocupam o território. O alto desemprego e a criminalidade comprometem a sobrevivência material, a autoestima e a dignidade, gerando estigmatização e limitando a mobilidade social. Apesar de melhorias nas condições habitacionais, a precariedade persiste. A vulnerabilidade vai além do espaço físico, envolvendo relações de poder e acesso a recursos. Ademais, de acordo com Vilas Boas (2019), a população demonstra potencial para resistência e reinvenção. Considerando esta realidade, a educação para os riscos é vista como constitutivo para capacitar comunidades a reconhecerem as suas vulnerabilidades e mobilizar recursos comunitários, ajudando-os a construir uma identidade social mais positiva (VELEZ DE CASTRO, 2023).

Nessa perspectiva, a percepção do risco é uma experiência subjetiva que varia de acordo com fatores individuais, como idade, gênero e experiências pessoais. Nomeadamente, a gestão de riscos deve ultrapassar os limites da análise técnica, incorporando as dimensões sociais e culturais no enfrentamento das vulnerabilidades, a fim de fortalecer a resiliência das populações. Para isso, torna-se imprescindível a adoção de estratégias de gestão e comunicação que considerem as percepções, experiências e saberes locais, aliadas à

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

implementação de programas educativos que promovam a conscientização, a participação comunitária e o fortalecimento das capacidades adaptativas.

A educação sobre riscos, por meio de informações, simulações e materiais de divulgação, favorece o aumento da compreensão dos cidadãos, reduz a vulnerabilidade e promove uma cultura de autoproteção e responsabilidade coletiva (MARTINS; LOURENÇO; NUNES; VELEZ DE CASTRO, 2021).

Calapez e Baptista (s.d) fornecem um rico contributo ao entendimento sobre a história do bairro com testemunhos da realidade humana com o livro "Quinta do Mocho – Era uma vez um bairro de má fama...". Através da realização de quase quarenta entrevistas, as autoras tornam visível as narrativas locais, desafiando estereótipos que reduzem o bairro a uma visão unidimensional centrada na criminalidade. A intenção do trabalho transcende a mera crítica à inação governamental, buscando amplificar vozes marginalizadas e fomentar um debate profundo sobre a desigualdade social, ressaltando a importância de uma abordagem mais equitativa em relação ao sofrimento humano.

Os depoimentos dos moradores do bairro Quinta do Mocho demonstram a história e transmitem uma rica tapeçaria de emoções que permeiam a vida de seus habitantes. Esses testemunhos sinalizam a complexidade da sua vivência e sentimentos variados, como saudade, orgulho, frustração e um forte desejo de melhoria.

Fragmentos de alguns depoimentos:

- Edyr Barreto, que se considera um cidadão do mundo; aborda temas como a exclusão social, o racismo e a influência de modelos negativos sobre os jovens. Cita ensinamentos de Nelson Mandela, Gandhi e Martin Luther King como inspiração para uma vida de humanismo.
- Domingas Santos, natural de São Tomé e Príncipe; compartilha sua história de luta e superação desde a infância. Expõe que enfrentou dificuldades em São Tomé e em Portugal, mas sempre batalhou para criar seus filhos e proporcionar-lhes uma vida melhor. Valoriza a união e a amizade que existiam no bairro velho, apesar das condições precárias.

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

- Kinkin (Dyharison da Cruz Lopes), mediador do Contrato Local de Segurança; compartilha sua trajetória e seu envolvimento com o bairro. Ressalta a importância de mudar a imagem do bairro e de melhorar a realidade local. Apresenta a importância de projetos de alfabetização, a filiação em grupos de teatro e do convívio entre diferentes gerações e culturas.
- Catherine, de origem angolana, compartilha sua experiência desde a chegada ao Mocho Velho até a vida universitária. Relembra as dificuldades enfrentadas e a importância da educação como forma de superação. Aponta a influência de certos jovens junto dos mais novos como causa para o incremento da delinquência.

As autoras mencionam que o poder público implementou várias iniciativas no bairro Quinta do Mocho, como um plano de realojamento que melhorou as condições habitacionais e programas de saúde que garantiram acesso a cuidados essenciais para os imigrantes, incluindo aqueles sem documentação. De igual modo foram promovidas atividades culturais e educacionais para engajar os jovens. Todavia, a segurança ainda é uma preocupação devido à persistência da criminalidade, e muitos que vivem ali acreditam que o apoio do poder público deve ser mais consistente e abrangente para atender suas privações diárias.

A reestruturação da Quinta do Mocho em um bairro social além de alterar a paisagem urbana, trouxe à tona a resiliência dos moradores que, ao longo dos anos, buscou expressar a marca cultural do seu território. A arte urbana tornou-se uma forma de resistência e de construção coletiva, culminando na criação da Galeria de Arte Pública, que exibia obras de artistas locais e refletia a diversidade cultural do local.

A Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho

O projeto da Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho começou em 2014, em um contexto de forte envolvimento da comunidade local. A Câmara Municipal de Loures, em ação colaborativa com a população local, organizou uma assembleia que funcionou como o ponto de partida para a criação de um espaço

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

que integrasse a arte à vida cotidiana. Essa reunião inicial foi fundamental e proporcionou um espaço para que as vozes e ideias dos residentes fossem ouvidas, permitindo um planejamento colaborativo das intervenções artísticas que transformariam a paisagem urbana. Um momento marcante nesse processo foi a realização da segunda edição do Festival "O Bairro i o Mundo", que uniu os bairros da Quinta do Mocho e da Quinta da Fonte. Este festival foi o primeiro grande projeto na área, trazendo uma programação diversificada com espetáculos de dança, concertos e a criação de murais de *graffiti*, que transformaram as fachadas dos prédios em galerias a céu aberto (CHAVES, 2016).

Segundo a Câmara Municipal de Loures (s.d), a Galeria de Arte Pública refletiu o compromisso do governo em promover um ambiente inclusivo e solidário. Desde sua criação a galeria se dedicou a dar visibilidade a realidades marginalizadas, sobressaindo-se em várias dimensões: artística, ao apoiar a arte e os artistas locais; urbanística, ao revitalizar o bairro; social, ao alterar percepções dos habitantes e visitantes; e econômica, ao impulsionar a economia local e o turismo. O sucesso da galeria é atribuído ao envolvimento desse público, que a reconhece como um agente de transformação social.

Carmo (2017) complementa que a Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho foi criada por meio de um processo de mobilização comunitária e parceria com artistas nacionais e internacionais, com o objetivo de transformar o espaço urbano através da arte. A atuação da Câmara Municipal de Loures e da população local valorizou a expressão cultural local. Apesar de uma programação diversificada, os murais de *graffiti* ganharam atenção e conquistaram notoriedade.

Villas Boas (2019) descreve o papel da arte na abordagem de questões como estigmatização e exclusão social, contribuindo para a elevação da autoestima dos que ali vivem e para a melhoria da imagem do bairro, que historicamente esteve associado à criminalidade e à violência. Adicionalmente, a prática artística busca promover a revitalização física dos espaços públicos, tornando-os mais acolhedores e atrativos, especialmente aqueles que anteriormente estavam negligenciados. Ademais, a arte atua na mitigação de problemas sociais profundamente enraizados, fortalecendo a inclusão social e a coesão comunitária. Por meio de intervenções artísticas, apresenta-se uma

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

abordagem eficaz para enfrentar esses desafios, promovendo uma transformação social e espacial significativa no bairro.

As visitas guiadas à Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho normalmente ocorriam no último sábado de cada mês, iniciando às 10h e atraíam de 20 a 30 visitantes, principalmente adultos brancos portugueses; eram interativas e promoviam a troca entre guias e participantes. Além das visitas regulares, havia outros eventos temáticos para grupos grandes, que ajudaram a melhorar a imagem do bairro, evidenciando o sucesso da arte. Essas experiências permitiam aos visitantes compreenderem melhor as obras e o contexto social, refletirem sobre a arte urbana como meio de inclusão e conversão de estigmas, e desenvolverem um sentimento de pertencimento e valorização da cultura local (COSTA, 2018; SATURNINO, 2022).

Estão catalogados 115 murais de *graffiti* nas epenas dos edifícios da Quinta do Mocho, dentre os artistas, podemos destacar:

- Maye: retrata o cotidiano da comunidade.
- Bordalo II: utiliza materiais reciclados na sua arte.
- Odeith: desenvolve a sua arte em 3D.
- Vhils: reconhecido por suas técnicas de escultura em paredes.
- Adres e Vespa: retratam moradores do bairro.
- Colectivo 40 Anos, 40 Murais: reconhecido por seus murais de figuras icônicas.
- Nark e Nomen: versam temas políticos nas suas artes.

Apresenta-se a seguir uma seleção de obras da Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho que refletem a essência e a inspiração por trás de cada criação.

REVISTA DA FUNDARTE

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

Figura 2 - Arte de Nomen



Fonte: autora (2023)

Figura 3 - Arte de Adres



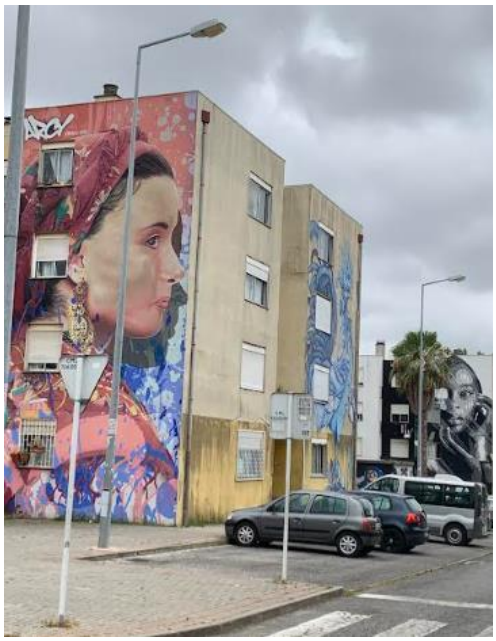
Fonte: autora (2023)

Figura 4 - Arte de Maye



Fonte: autora (2023)

Figura 5 - Arte de Arcy



Fonte: autora (2023)

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

Figura 6 - Arte de Vhils



Fonte: autora (2023)

Figura 7 - Arte de Bordallo II



Fonte: autora (2023)

A percepção dos moradores da Quinta do Mocho em relação à Galeria de Arte Pública é ambivalente. A recepção foi, em geral, positiva, reconhecendo a galeria como um agente transformador que valorizou o bairro e ajudou a desestigmatizar sua imagem. A arte atrai visitantes, cria um ambiente acolhedor e fortalece a interação social, mudando a percepção negativa do local. Não obstante, estão cientes dos problemas estruturais que persistem, como habitação inadequada e acesso limitado a serviços. Embora apreciem a estética da arte, entendem que essa iniciativa deve ser acompanhada de políticas sociais eficazes e melhorias na infraestrutura para garantir uma qualidade de vida real. Eles desejavam participar ativamente do processo, mas isso não ocorreu de forma maciça, e o local se tornou um mero atrativo turístico. Em resumo, a Galeria trouxe uma oportunidade valiosa para a inclusão e reconhecimento do bairro, despertando orgulho nas pessoas, bem como expressa a necessidade de soluções integradas para os desafios sociais ainda não resolvidos (COSTA, 2018; SARMENTO, 2020; SATURNINO, 2022; VILAS BOAS, 2019).

Porém, cabe ressaltar que a situação atual reflete os problemas estruturais dos edifícios, que incluem o uso inadequado de materiais como pladur e a falta de manutenção, expõem a fragilidade das condições habitacionais e a ineficácia do

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

planejamento urbano. Tal cenário comprometeu a segurança e o bem-estar dos moradores e mitigou a conservação das atividades culturais que emergiram neste contexto. A presença de um ambiente urbano deteriorado desafia a capacidade da comunidade de se afirmar e prosperar, e comunica a urgência de intervenções que priorizem as condições de habitabilidade e a preservação da cultura local.

Considerações finais

Este trabalho evidencia a complexa dualidade que permeia a experiência dos habitantes do bairro Quinta do Mocho, onde sentimentos de orgulho e resiliência coexistem com frustrações e um anseio por melhorias significativas. A melhoria desse bairro, anteriormente estigmatizado, em um espaço dinâmico de expressão artística e cultural, testemunha a capacidade de resistência da coletividade diante do preconceito e das adversidades históricas.

Os depoimentos dos moradores refletem a metamorfose estética do espaço urbano e a reafirmação de sua identidade coletiva. A arte, especialmente o *graffiti,* emergiu como um meio poderoso de reivindicação cultural, desafiando estigmas sociais e instigando um senso de pertencimento e orgulho entre os residentes.

Entretanto, é imprescindível reconhecer a lacuna entre a evolução cultural do bairro e a resposta inadequada das autoridades às necessidades básicas da população. O estudo expõe uma insatisfação profunda em relação ao suporte institucional, mostrando que, embora a arte ofereça uma nova narrativa para a coletividade, ela não pode substituir a necessidade de melhorias estruturais e sociais. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de implementação de políticas públicas mais coordenadas e abrangentes, que possam acompanhar e potencializar as iniciativas artísticas, promovendo uma integração efetiva entre expressão cultural e desenvolvimento social no bairro Quinta do Mocho.

É esperado que as autoridades locais fomentem um diálogo contínuo com os moradores, integrando suas vozes e perspectivas no planejamento urbano e nas decisões políticas. A participação ativa destes ajuda enriquecer a experiência estética, garantindo a sustentabilidade das atividades culturais e a qualidade de vida no bairro.

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

Por fim, a experiência do Quinta do Mocho pode servir de exemplo e inspiração para outras comunidades, destacando a importância de se valorizar a arte como um agente de transformação social e um vetor de inclusão. A construção de um futuro mais justo e equitativo pode ocorrer mediante articulação entre práticas artísticas, cidadania ativa e políticas públicas eficazes.

Referências:

AELBRECHT, Patricia; STEVENS, Quentin. *Geographies of Encounter, Public Space, and Social Cohesion: Reviewing Knowledge at the Intersection of Social Sciences and Built Environment Disciplines*. ***Urban Planning,*** v. 8, n. 4. 2023. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/urbanplanning/article/download/6540/6540. Acesso em: 25/02/2025.

ALLEGRA, M.; TULUMELLO, S.; COLOMBO, A.; FERRÃO, J. *The (hidden) role of the EU on housing policy: the case of Portugal in multi-scalar perspective.* ***European Planning Studies,*** [S.l.], v. 28, n. 5, p. 1001-1018, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09654313.2020.1719474. Acesso em: 26/02/2025.

Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J.-M. Urban neighbourhoods and intergroup relations: The importance of place identity. **Journal of Environmental Psychology**, 45, 239–251, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.01.010. Acesso em: 21/02/2025.

CALAPEZ, Lígia; BAPTISTA, Sílvia. **Quinta do Mocho: era uma vez um bairro de má fama...** Edição online. Lisboa, s.d. Disponível em: https://l1nq.com/li14H. Acesso em: 25/02/2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES. **Galeria Arte Pública de Quinta do Mocho Sacavém**. Loures, Portugal, s.d.

CARMO, André. Por uma outra cidade criativa: a Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho enquanto experiência de inovação social. **Mediações.** Revista online, Instituto Politécnico de Setúbal, 2017. Disponível em: https://mediacoes.ese.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/158/pdf. Acesso em: 21/02/2025.

CHAVES, Henrique. O direito à cidade – o caso da Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho (Loures). **In: IX Congresso Português de Sociologia,** 2016, Algarve: Universidade do Algarve, 2016.

COSTA, Henrique Chaves. **O Direito à Cidade e a Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho (Loures).** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal, 2018.

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

DIÁRIO DA REPÚBLICA, n.º 106/1993. **DECRETO-LEI n.º 163/93**, de 7 de maio. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/163-1993-274242. Acesso em: 20/02/2025.

HOGG, M. A.; ABRAMS, D.; OTTEN, S.; HINKLE, S. *The social identity perspective: intergroup relations, self-conception, and small groups.* ***Small Group Research,*** v. 35, n. 3, p. 246-276, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1046496404263424. Acesso em: 25/02/2025.

KARIMIMOSHAVER, Mehrdad; ERIS, Bahare; ARAM, Farshid; MOSAVI, Amir. *Art in Urban Spaces.* ***Sustainability****,* v. 13, n. 10. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su13105597. Acesso em: 22/02/2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEWISOHN, C. Street Art: ***The Graffiti Revolution.*** Baltimore: Chalfont House, 2008.

LOUSÃ, Eva Petiz de Freitas. **Identidade social e auto-categorização**. Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2000.

MARTINS, Bruno; LOURENÇO, Luciano; NUNES, Adélia; VELEZ DE CASTRO, Fátima. **São Vicente de Cabo Verde: território de riscos.** 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354790576_Sao_Vicente_de_Cabo_Verde_territorio_de_risco. Acesso em: 20/02/2025.

PEREIRA, Virgílio Borges; BERTONCELO, Edison. Pierre Bourdieu: vinte anos depois, legado e usos de uma prática sociológica. **Configurações,** nª 29. Universidade do Minho, 2022.

PETERSEN, Anne Ring; NIELSEN, Sabine Dahl. *The reconfiguration of publics and spaces through art: strategies of agitation and amelioration.* ***Journal of Aesthetics & Culture,*** v. 13, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1080/20004214.2021.1898766. Acesso em: 23/02/2025.

POGRMIC, Zorica; DERCAN, Bojan. *The role of Street art in urban space recognition.* ***Researches Review*** *Department of Geography, Tourism and Hotel Management.* 2022. Disponível em: https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/1452-0133/2021/1452-01332150122P.pdf. Acesso em: 23/02/2025.

PROSHANSKY, H. M., FABIAN, A. K., & KAMINOFF, R. *Place-Identity: Physical World Socialization of the Self. In* ***Environment and Behavior***. 1983. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S0272-4944(83)80021-8. Acesso em: 24/02/2025.

SARMENTO, J. **Paz, pão, arte urbana, saúde e educação:** Quinta do Mocho, 2019. Plataforma Cultural Passeio. Braga: CECS, 2020. Disponível em:

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

http://www.passeio.pt/galeria/paz-pao-arteurbana-saude-e-educacao/. Acesso em: 12/02/2025.

SATURNINO, Bruno Peron. **A valorização do *graffiti* e arte urbana nas comunidades de Lisboa.** 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2022.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais.** Lisboa. Livros Horizonte, 1982.

VELEZ DE CASTRO, Fátima. **Os Riscos no Ensino da Geografia em Portugal** - a dimensão curricular. 2023. Imprensa da Universidade de Coimbra, Série Riscos e Catástrofes. Disponível em: https://hdl.handle.net/10316/112599. Acesso 22/02/2025.

VILAS BOAS, Paulo Bernardo Salgado. **Arte urbana como metodologia de reabilitação urbana:** o caso do Bairro Social Quinta do Mocho. Dissertação (Mestrado em Arquitetura - Cidade e Território) — Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2019.

WEISBERG, J. The ***Difference between Street Art and Graffiti.*** 2014. Disponível em: https://schriftfarbe.com/the-difference-between-street-art-and-graffiti. Acesso em: 24/02/2025.

Recebido em: 28/02/2025.
Aceito em: 02/04/2025.
Editor responsável: Júlia Maria Hummes

Márcia Célia Galinski Kumschlies
Pós-Doutorada com trabalho na área de educação para os riscos pela Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em Tecnologia Ambiental pela Universidade de Ribeirão Preto (2022). Possui mestrado em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (2002). Pós-graduação em Administração Geral pelo IMES - Instituto Municipal de Ensino de São Caetano do Sul (1991) e graduação em Ciências Contábeis pelo Instituto de Ensino Superior Santo André (1989). Consultora organizacional. Docente titular da graduação, coordenadora do curso de Administração, coordenadora do Núcleo de Pesquisa Fernando Lee e coordenadora geral da pós-graduação da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP - campus Guarujá (2009-2025). Membro da Comissão Científica da RCI - Revista Científica Integrada. Revisora externa da Revista Territorium/Portugal. Docente convidado do curso MBA em Gestão de Pessoas e MBA na área Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão de pessoas; empreendedorismo; marketing; estratégia e inovação; gestão ambiental. Experiência na EAD como tutora e professora de cursos. Participação desde 2013 nos Conselhos Municipais da Cidade de Guarujá: APA - Área de Preservação Ambiental da Serra do Guararu e

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Fórum da Agenda XXI do Guarujá e integrante da ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU. Avaliadora do Guia Estadão - Quero Educação, desde 2019. Intercâmbio cultural de seis meses nos EUA com estudos e visita ao Vale do Silício. Participação e apresentação do Quadro Gestão e Carreiras na TV Ilha do Sol de 08/2015 a 01/2019. . Administradora do Blog Reduza Resíduos (https://reduzaresiduos.blogspot.com/). Formação em vida e coaching profissional. Membro da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. Avaliadora do QS Global Academic Survey.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4932-5506
E-mail: marciakumschlies@gmail.com

Creative Commons Não Comercial 4.0 Internacional de Revista da FUNDARTE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Baseado no trabalho disponível em https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em https://seer.fundarte.rs.gov.br/

REVISTA DA FUNDARTE